

Formação docente e meio ambiente: construindo possibilidades**Teacher education and environment: building possibilities**

DOI:10.34117/bjdv5n9-182

Recebimento dos originais: 20/08/2019

Aceitação para publicação: 26/09/2019

Karine de Queiroz Martins

Mestranda no Programa Dinâmicas Territoriais e Cultura pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL, Licenciatura em Ciências Biológicas; Arapiraca-AL
E-mail: karineqm@live.com

Carla Emanuele Messias de Farias Costa

Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação, Licenciatura em Pedagogia e Letras/Inglês/Português.
E-mail: carlaemanueleportugues@hotmail.com

RESUMO:

A aparição de notícias relacionadas a acidentes ambientais e seus prejuízos à vida estão cada vez mais constantes na sociedade. Conhecer o que pensam os alunos sobre meio ambiente e educação ambiental tem sido apontado pela literatura como uma estratégia de fundamental importância para se direcionarem ações e propostas a um programa de educação ambiental. O objetivo é discutir a importância da educação ambiental no ensino superior. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa com uma diversificação de análise das literaturas disponíveis no site da Scielo e Google acadêmico com o método de realização e observações qualitativas e se define por sua vez quanto aos meios como pesquisa bibliográfica. A disciplina que aborda questões ambientais ainda é muito restrita e lenta, por isso, é necessário que todos do ensino superior possam participar e concretizar essa responsabilidade que é uma função de todos. No caminhar de um possível desfecho, pois ainda há muito a ser realizado.

Palavras-chave: Formação, Educação Ambiental, Ensino Superior.

1. INTRODUÇÃO

A espécie humana, desde a sua origem, buscou formas de influir no meio ambiente e de transformá-lo no sentido de atender às suas necessidades, mesmo que em certas ocasiões essa transformação tenha se mostrado desfavorável (NUNES, 2009).

Para muitos, segundo Adams (2005), a Educação Ambiental (EA) restringe-se em trabalhar assuntos relacionados à natureza: lixo, preservação, paisagens naturais, animais, etc. Dentro desse enfoque, a EA assume um caráter basicamente naturalista. Porém, para o autor, atualmente, a EA assume um caráter mais realista, embasado na busca de um equilíbrio entre o homem e o ambiente, com vista à construção de um futuro pensado e vivido numa lógica de

desenvolvimento e progresso (pensamento positivista). Neste contexto, a EA seria ferramenta de educação para o desenvolvimento sustentável (apesar de polêmico o conceito de desenvolvimento sustentável), tendo em vista ser o próprio "desenvolvimento" o causador de tantos danos socioambientais.

Teoricamente, a definição de Educação Ambiental varia de interpretações, de acordo com cada contexto, conforme a influência e vivência de cada um. A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, apresenta em seu art. 1º:

A educação ambiental (EA) é entendida como um instrumento de transformação social na busca de um mundo melhor e apresenta diferentes concepções, que refletem projetos distintos de sociedade. A ausência de uma análise crítica, histórica, política e social da questão ambiental são alguns dos fatores que influenciam o contexto da crise ambiental. Esta fragmentação contribui muito nos diferentes modos dos professores entenderem e Produzirem a EA.

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO), art. 2º:

A EA é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

E, para a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977):

A EA é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de Conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

Reigota (2012, p.13) conceitua EA como sendo uma educação que considera “a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos”. Loureiro (2004, p. 66), a EA “é uma perspectiva que se

inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias da EA”.

Sendo assim, a educação ambiental é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos. Trata-se de uma educação que tem como objetivo não só a utilização racional dos recursos naturais, mas principalmente o envolvimento dos cidadãos nas discussões e decisões sobre a questão ambiental (REIGOTA, 1995). E como afirma Dias (2003 p. 100), deve ser um “processo por meio do qual as pessoas aprendam como funciona o ambiente, como dependemos dele, como afetamos e como promovemos a sua sustentabilidade”.

Nos últimos anos a temática ambiental passou a ocupar novos espaços, deixando de ser uma discussão restrita a especialistas e ao movimento ambientalista. A veiculação de notícias sobre acidentes ecológicos e desmatamento, principalmente pelos meios de comunicação, favoreceu a reflexão e a mudança de comportamentos individuais e coletivos em torno do tema.

De acordo com Carvalho (1998), conhecer o que pensam os alunos sobre meio ambiente e educação ambiental tem sido apontado pela literatura como uma estratégia de fundamental importância para se direcionarem ações e propostas a um programa de educação ambiental. Segundo Brugger (2004, p.26), “a atual crise ambiental é, portanto, muito mais a crise de uma cultura, de um paradigma, do que uma crise de gerenciamento da natureza”. A busca da sustentabilidade não está apenas no saber tecnicista, racional, mas também numa nova perspectiva do ser e no saber do mundo.

A prática da educação ambiental de forma interdisciplinar configura-se um desafio para muitos professores. São inúmeras as justificativas para a ausência da EA nas salas de aula, como a falta de tempo, a falta de domínio da temática e até mesmo a falta de conexão da temática com as disciplinas. Este é um problema observado em todos os níveis e modalidades de ensino.

Conforme Reigota (1991) é necessário conhecer as concepções das pessoas envolvidas sobre meio ambiente, pois, só assim será possível realizar atividades de educação ambiental. De acordo com Sauvé (1997), diferentes abordagens e estratégias pedagógicas estão relacionadas às representações que os indivíduos ou grupos sociais têm de ambiente e aos objetivos e características que atribuem ao trabalho em EA.

Dessa forma, é importante destacar a consciência ambiental que torna possível o sujeito participar diretamente da construção do seu conhecimento, que possibilita uma leitura do

mundo mais realista e menos mistificada, gerando segurança para desvendar o mundo e criar condições de melhorá-lo (RUCHEINSKY, 2001).

Dias (2003) conclui que a educação ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Pacheco e Silva (2007) afirmam que a percepção ambiental é hoje, um tema recorrente que vem colaborar para a consciência e prática de ações individuais e coletivas, desse modo, o estudo da percepção ambiental é de tal relevância para que se possa compreender melhor as inter-relações entre homem e o ambiente, suas expectativas, suas satisfações e insatisfação.

As discussões sobre a educação ambiental é essencial no ensino superior. No entanto, apesar de nunca ter se falado tanto sobre elas (a questão ambiental), nunca se degradou tanto como nos dias atuais. Os investimentos e a centralidade dessas questões nas políticas empresariais, governamentais, não governamentais, familiares e individuais ficam na retórica e não há materialização dessa propalada e necessária mudança cultural (SORRENTINO, 2014).

A EA preconizada na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) e nas universidades em particular, isso não é diferente. Encontram-se projetos e ações de forma isolada. Segundo Brandão et al; (2014), as universidades são espaços de conhecimento, pesquisa e ensino e, como consequência, de transformação da sociedade por meio do desenvolvimento intelectual e da liberdade de pensamento. Não há dúvidas, portanto, que a universidade deve exercer exemplo em sustentabilidade nos âmbitos social, econômico e ambiental (UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA, 2011).

Essas determinações nos provocam algumas inquietações: no contexto da educação Básica precisamos formar “educadores ambientais” ou instrumentalizar educadores/as, de todos os níveis, para que possam inserir em sua práxis cotidiana o debate que promova a produção de conhecimento acerca da crise socioambiental contemporânea? A formação de “educadores ambientais” ou “especialistas em EA” seria atribuição da pós-graduação?

Como promover a formação continuada de docentes do ensino superior, nesse campo, condição necessária à “ambientalização” dos processos de formação docente?

Silva (2007, p. 144-149) ao destacar a urgência de uma “universidade ambientalmente responsável” considera preocupante a lentidão com que essas instituições têm aderido a essa questão e a tímida inserção da educação ambiental nos cursos superiores. Essa Realidade que, para esse autor, não é exclusiva do Brasil, mas também de sociedades desenvolvidas como, por exemplo, EUA, Canadá e Europa, nas quais apesar da implementação de algumas iniciativas, ainda carecem de integração e sistematização das informações nesse campo.

Silva (2007) ao defender a emergência de uma universidade “ambientalmente responsável ou sustentável”, diz que a inserção da EA no ensino superior não deve ocorrer apenas através dos currículos da graduação ou pós-graduação, mas também na gestão das instituições. Essa prática evitaria a realização de ações pontuais e a fragmentação e isolamento de grupos que atuam nessa área.

O objetivo deste trabalho é discutir a importância da educação ambiental no ensino superior, considerando que muitos professores não foram contemplados com a discussão sobre a prática da educação ambiental de forma interdisciplinar em sua formação inicial e destacando a importância da formação continuada, este trabalho a seguir teve como objetivo discutir a importância da educação ambiental no ensino superior.

2. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A análise nas literaturas é muito importante para fazer comparações e entender sobre os conhecimentos relacionados a educação ambiental no ensino superior e formação dos docentes que devem ser fortalecidos com maior apoio à pesquisa e conhecimento.

A pesquisa foi realizada através da pesquisa qualitativa com uma diversificação de análise das literaturas disponíveis nos sites da Scielo e Google acadêmico com o método de realização e observações qualitativas e se define por sua vez quanto aos meios como pesquisa bibliográfica. No que se refere à classificação quanto aos afins, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo (VERGARA, 2009).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações relacionando os encontros e debates tratam da Educação Ambiental apontam para a necessidade de formulação de um quadro teórico conceitual e metodológico que permita a operacionalização da concepção de Educação Ambiental e a formulação e análise crítica de propostas para a sua implementação.

A base conceitual da Educação Ambiental tem sido objeto de muita discussão pelos pesquisadores e/ou educadores em função do caráter interdisciplinar que a caracteriza.

Inicialmente, predominava na fundamentação teórica que a orientava uma visão romântica, preservacionista e ecológica. Nas últimas décadas, a educação ambiental passou a ser vista como capaz de prover novos valores, condutas sociais ambientalmente corretas tendo como princípio norteador a ética nas relações sociais. Segundo Pedrini (2000), “a Educação Ambiental é uma das possibilidades de reconstrução multifacetada não cartesiana do saber humano, constituindo-se num saber construído socialmente e caracteristicamente multidisciplinar na estrutura, interdisciplinar na linguagem e transdisciplinar na sua ação”.

Ela deve visar a transformação do educando através do desenvolvimento de novos valores, hábitos, posturas, condutas e atos na relação com o ambiente considerado em toda a sua complexidade. Muitos educadores e pesquisadores ambientais entendem que a Educação Ambiental é um importante referencial de mudança no campo da Educação.

Em relação a esse assunto, Reigota, 1998, comenta sobre os desafios enfrentados para a sua prática “[...] A Educação Ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas”.

Dentro de um enfoque construtivista e ambiental, os conhecimentos desejáveis na Educação Ambiental devem estruturar-se como uma síntese integradora de diferentes aportes como, por exemplo, a análise histórica e epistemológica dos conceitos e modelos científicos, a análise da problemática sócio-ambiental relevante no contexto de referência, a análise de concepções prévias e dos procedimentos e valores desejáveis.

A Educação Ambiental deve proporcionar experiências que possibilitem colocar as pessoas em contato direto com o mundo e sensibilizá-las para os ecossistemas que as envolvem; discutir a importância do ambiente para a saúde e o bem estar do homem e para o exercício da cidadania; avaliar o desenvolvimento econômico aliado à degradação ambiental e à qualidade de vida e desenvolver no educando o sentido ético-social diante dos problemas ambientais (PEREIRA, 1996).

Reconhecemos que o exercício da Educação Ambiental tem encontrado dificuldades que estão associadas à falta de recursos, à pouca valorização do professor, ao pouco envolvimento da comunidade nas decisões e no planejamento escolar, aliada à própria rigidez da estrutura de grande parte das escolas. Outras questões relacionadas à prática pedagógica também devem ser lembradas como a visão “conteudista” que predomina no ensino tradicional, a pouca preparação dos professores e os critérios de avaliação comumente adotados, em que

predominam ausência de criatividade e uma visão não processual. Silva, (2007) destaca como preocupante a lentidão com que essas instituições têm aderido a questão ambiental e a tímida inserção da educação ambiental nos cursos superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância de colocar a disciplina ambiental no ensino superior, fazendo com que os futuros professores possam ter conhecimento da importância de trabalhar essa disciplina nas escolas. A disciplina que aborda questões ambientais ainda é muito restrita e lenta no ensino superior, por isso, é necessário que todos das instituição do ensino superior possam participar e concretizar essa responsabilidade que é uma função de todos. No caminhar de um possível desfecho, pois ainda há muito a ser realizado. Acredito muitos avanços serão realizados e que possa crescer e expandir essa temática na área educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. PNEA – **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 27 abr. 1999.

BRUGGER, P. **Educação ou adestramento ambiental?** Florianópolis: Ed. Argos: 2004. 200p.

CARVALHO, J. C. M. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental**. São Paulo: Sema & Ipê, 1998. 102pp.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 8ªed., São Paulo: Gaia, 2003.

PACHECO, Éser & SILVA, Hilton P. **Compromisso Epistemológico do Conceito de Percepção Ambiental**. Rio de Janeiro: Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ, 2007.

PEDRINI, A. de G. **Em Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**; Pedrini, A. de G., org.; 3a ed., Vozes: Petrópolis, 2000, cap. i. 8. PEREIRA, A. B.; **Aprendendo Ecologia Através da Educação Ambiental**, ed. Sagra-DC Luzzatto: Porto Alegre, 1993.

REIGOTA, M. **Em Educação, Meio Ambiente e Cidadania**; Cascino, F.; Jacobi, P.; Oliveira, J. F., org.;SMA/CEAM: São Paulo, 1998.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995.

11. RUCHEINSKY, A. **Meio Ambiente e percepção do real**: os rumos da educação ambiental nas veias sociais. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v., p 26-44, out./dez. 2001.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. In: **Revista de Educação Pública**, Mato Grosso, Universidade Federal do Mato Grosso, v. 6, n 10, p. 72-103, 1997.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA. Plan de desarrollo sostenible. Disponível em: https://www.usc.es/plands/varios/doc/plan_desenv_sost_cast.pdf, Acesso em 10 jan 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.